

Cidade e democracia: espaço público e modernização no processo histórico brasileiro contemporâneo (1970-2000) – o caso de Florianópolis (SC)

Reinaldo Lindolfo Lohn*

Resumo: Este texto tem o objetivo de compreender as relações entre cultura política e cultura urbana na cidade de Florianópolis (SC), a qual vivenciou um intenso processo de modernização ao longo da ditadura militar, instaurada em 1964, com impactos no crescimento populacional e, principalmente, na importância política das classes médias. A população de Florianópolis vivencia conflitos sociais relacionados às operações de novos processos de acumulação capitalista, mas ainda carregados de sentidos advindos dos desejos despertados pelos processos de modernização que caracterizaram a sociedade brasileira nas últimas décadas.

Palavras-chave: cidade, ditadura, democracia

Abstract: This text aims to understand the relationship between political culture and urban culture in the city of Florianópolis (SC), which experienced an intense process of modernization during the military dictatorship, established in 1964, with impacts on population growth and, especially, the political importance of the middle classes. The population of Florianópolis experience social conflicts related to the operations of new processes of capitalist accumulation, but also loaded with meanings derived from desires awakened by the modernization that characterized Brazilian society in recent decades.

Keywords: city, dictatorship, democracy

A forma como se processou a recente democratização brasileira foi marcada pela herança da ditadura militar, em vários aspectos. Esse processo histórico remodelou não apenas espaços, mas principalmente aquilo que chamamos aqui de cultura urbana. A relação entre cultura urbana e cultura política é o foco deste trabalho, ao apontar para o estudo sobre o contexto da ditadura militar e do processo de redemocratização brasileiro como meio para evidenciar sob quais formas a ação estatal interferiu na configuração das cidades atuais. No centro da discussão aqui proposta, está uma tentativa de refletir como o urbano foi redefinido no litoral de Santa Catarina ao longo do período em apreço, pela articulação entre investimentos públicos e privados no sentido de transformar as cidades em centros receptores de turistas e de investimentos imobiliários.

A configuração urbana brasileira contemporânea mantém relação com o processo de democratização recente. A urbanização é um dos fatores marcantes das transformações ocorridas no país, ao evidenciar as tensões que marcaram a construção de um novo

* Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Doutor em História (UFRGS). Projeto financiado pela UDESC.

ordenamento da sociedade durante e após a ditadura militar instalada em 1964. As relações políticas formais e, principalmente, as sociabilidades cotidianas foram profundamente atingidas por traços de uma sociedade urbana que se caracterizam por novos dinamismos e conflitos. Muitas cidades brasileiras foram praticamente reconstruídas ao longo da ditadura militar, através de mecanismos que ampliaram as possibilidades de acesso à moradia para as classes médias. Além disso, foram afetadas pelas ondas de modernização e por fenômenos como a violência e a segregação sócio-urbanas. Pode-se, então, questionar como esses processos afetaram e afetam o processo de democratização política do Brasil. Toma-se o caso de Florianópolis, cidade na qual a modernização promovida pela ditadura militar e pelos processos socioeconômicos recentes (turismo e indústria do lazer) é visível, tanto em seus aspectos físicos quanto, principalmente, na cultura urbana e nas relações sociais e políticas vigentes.

A História do tempo presente depara-se com um alargamento do político, o qual não se reduz ao Estado, remetendo às sociabilidades. Daí a iniciativa de apontar para uma discussão que perpassasse as culturas políticas. A própria profusão de uma sociabilidade íntima, refratária a intervenções sociais coletivas, surge como um problema da ordem do político, tomado em sua dimensão sócio-cultural e não segundo uma concepção estreita. O campo da política, portanto, adquiriu consistência própria, o que envolve não só o aumento da atribuição das políticas públicas e dos processos administrativos, mas novas formas de politização de relações de poder efetivadas em âmbitos subjetivos e individuais e não só naqueles mais abrangentes (RÉMOND, 1996: 13-36).

Em 1970, no auge da ditadura militar, um intelectual orgânico do então sistema de poder estadual, idealizador dos programas desenvolvimentistas, ligado à Fiesc e Secretário Executivo do Plameg, Alcides Abreu, saudava o “intenso processo de mudança” que estava se processando em Santa Catarina. A nova década que estava por iniciar apresentava-se “decisiva para os anseios de progresso da população do Estado e do País”, despertando a “coletividade social” para “fazer a revolução e construir a sociedade nova com as energias emergentes do desejo de modernização” (ABREU, 1970: 07-25).

De certo modo, as iniciativas dos governos da ditadura militar valeram-se de mitologias desenvolvimentistas instituídas em vários países da América Latina ao longo dos anos de 1950 e 1960. No Brasil, a experiência do processo de mudanças sociais e os apelos à “modernização” afetaram trajetórias de vida e cristalizaram no imaginário político o que podemos chamar de utopias desenvolvimentistas e seu conjunto de representações sociais. São mitologias que, conforme acepções de Raoul Girardet (1987: 183-187), possibilitam a

compreensão simplificada de processos complexos e, por vezes, ameaçadores, e apontaram para a construção de uma compreensão mais ou menos comum do que estava ocorrendo, ao promover a adesão de amplas camadas da população e tornar legíveis e coerentes os discursos políticos carregados de promessas da certeza de um futuro próspero e seguro. A afirmação desse imaginário social e desses consensos mobilizou grupos e classes, gerou espetaculares vitórias eleitorais e o próprio golpe contra a democracia. Além disso, moldou aspectos culturais, políticos e econômicos, em torno das promessas da modernização, ou seja, mudança social intensa e contínua, com elevação dos padrões de vida, em especial, através de intervenções nas populações pobres do interior e de incentivos à urbanização.

No litoral de Santa Catarina, particularmente na Capital e em cidades que foram criadas então, como Balneário Camboriú, o chamado “milagre” da revolução fora sentido principalmente por aqueles desejosos por novos padrões de moradia urbana prometidos pelos empreendedores imobiliários. Já em fins da década de 1950 um anúncio publicitário de um novo loteamento em Florianópolis, perguntava: “quantas pessoas não fizeram fortunas gigantescas aproveitando oportunidades, enquanto outras, com menos acuidade de percepção, com menos clareza de análise, deixaram passá-las? No nosso país e, até mesmo, aqui na nossa pacata Florianópolis, quantos não fizeram fortunas invejáveis adquirindo imóveis, cujo valor decuplica e até centuplica, enquanto outros, querendo passar por ‘sabidos’ mantinham uma atitude de reserva céptica?”. A fórmula para obter estes ganhos seria “olhar para o futuro com olhos de futuro”, principalmente “num país novo, em fase de febril desenvolvimento. O que hoje parece distante, amanhã, pelo desenvolvimento progressivo das cidades, será considerado como zona preferencial, seja para residências, seja para indústrias” (Jornal Diário da Tarde, 01/08/1957).

Estão aí várias das expectativas alimentadas por determinados segmentos sociais nas décadas posteriores. Particularmente, novas camadas médias urbanas foram instigadas pelas perspectivas de novos padrões de vida nas cidades. E isso alimentou uma economia em expansão. Por um lado, é marcante a idéia de que o lote de terra urbano passava a ser um dos principais fatores de apropriação de riquezas e valorização de investimentos.

É notório o apelo para traços culturais identificadores das classes médias urbanas. Esses projetos de vida coadunavam-se com as diretrizes sócio-econômicas dos governos da ditadura militar. Durante as décadas anteriores, seja através dos meios de comunicação ou do próprio desenvolvimento industrial brasileiro, associado ao capital externo, as camadas médias haviam adotado padrões de consumo associados a *status*, poder, progresso e modernidade. Os horizontes de expectativa estavam voltados para a garantia dos mecanismos

de reprodução da estrutura social vigente, que parecia favorecer os projetos pessoais de ascensão na estrutura de classes. Anna Cristina Camargo Moraes Figueiredo verifica que, a partir da década de 1950, tornou-se comum em círculos políticos e empresariais enfatizar a idéia de que o progresso viria para superar o passado agrícola do país e privilegiar os habitantes urbanos, que teriam acesso às facilidades modernas. Nesse momento “o termo moderno pressupunha, na publicidade, a supressão do passado e a inauguração de um ‘tempo novo’” (FIGUEIREDO, 1998: 31-51).

Em 1964, a campanha que legitimou o golpe militar acusava que a “desordem” e a “baderna” dos “comunistas” do governo Goulart ameaçavam essas metas. Essa foi a mensagem que as peças publicitárias anteriores e posteriores ao golpe militar transmitiram. O comunismo seria o fim da “liberdade”, da livre-iniciativa, da capacidade de projetar trajetórias pessoais, através de trabalho e dinheiro, em busca de melhores posições na sociedade. As famílias das camadas médias queriam o “direito” e a “liberdade” de ascender, de “progredir”. Essa, sim, a “verdadeira revolução”: a gradual elevação dos padrões de consumo individuais dos estratos intermediários. A inflação e a crise econômica do período de governo de João Goulart serviam como base para as apreensões diante de qualquer processo de mudanças, ao favorecer a conjunção entre “as ‘elites empresariais’ e as camadas médias tradicionais: profissionais liberais (seu “tipo social mais expressivo”), donas-de-casa e pequenos empresários. Em março de 1964 esses setores fundiram-se política e ideologicamente” (CODATO; OLIVEIRA, 2004: 282).

A ação estatal mobilizou recursos econômicos para o financiamento desses “sonhos”, o que alimentava diversos ramos industriais e impactava sobremaneira a cultura urbana e a organização das cidades como um todo. A indústria automobilística moldou novas cidades asfaltadas, enquanto a construção civil erguia os edifícios de apartamentos que aproveitavam ao máximo os espaços físicos e demandavam uma série de investimentos na infra-estrutura de fornecimento de água, energia e esgotamento sanitário.

Em Florianópolis, o mercado imobiliário ganhou impulso com a criação de empreendimentos em regiões mais ou menos distantes do centro. Um padrão centro-periferia, próprio de médias e grandes cidades brasileiras, passava a ser identificado. Paralelamente à criação de subúrbios com infra-estrutura razoável e ligação com o centro, começou a ocorrer o fenômeno da conurbação com os municípios vizinhos. A expansão populacional e empreendimentos imobiliários nos limites e pontos de contato entre as cidades da microrregião da Grande Florianópolis, possibilitavam condições para a dispersão do crescimento urbano por áreas cada vez maiores. Os jornais apresentavam preocupações com o

processo: “o que irão fazer esses milhares de trabalhadores não especializados que – afastados da lavoura pela crescente mecanização – vieram se agregar nos centros urbanos, encontrando como única atividade em que se podiam engajar, a construção imobiliária? E já que estamos em Florianópolis, cumpre lembrar que na capital o problema é bem mais grave do que em qualquer outra cidade brasileira; a indústria de Florianópolis é a indústria da construção civil” (Jornal Bom Dia Domingo, 20/11/1977: 08).

As propostas de planificação do crescimento urbano de Florianópolis associaram-se definitivamente ao novo sistema viário que viria a ser implantado com o aterro da baía sul, a nova ponte e a nova Via de Contorno Norte que viria como um alargamento e continuação do aterro da Avenida Beira Mar Norte. Foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Integrado da Área Metropolitana de Florianópolis, entregue em 1971, base para o novo Plano Diretor, aprovado em 1976. A elaboração coube a uma equipe coordenada pelo Arquiteto Luís Felipe Gama Lobo D’Eça. As discussões haviam sido iniciadas em 1967 através do Conselho de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo (Ceau), da Prefeitura Municipal. Constituiu-se uma estrutura de planejamento urbano centralizada e em conformidade com as estratégias nacionais de desenvolvimento econômico. A partir das diretrizes traçadas por esse grupo de planejadores é que, nas décadas seguintes, foram efetuadas as intervenções na cidade, partindo da necessidade de homogeneização das diversas regiões de Santa Catarina.

A expansão urbana proporcionou mudanças sociais significativas. Novas culturas urbanas traduziram-se em novas culturas políticas. Esses processos foram pautados por interesses políticos e empresariais, traduzidos através de certas imagens associadas às representações da vida urbana. Daí a necessidade de compreender as relações entre política, economia e cultura em cidades que, nas últimas décadas, experimentam uma sobreposição de processos sociais que dão conta das transformações recentes na sociedade brasileira, particularmente a forma como se deu o processo de democratização, a partir do final da década de 1970.

A Florianópolis que começou a vivenciar e a participar do processo de instauração do regime democrático no país sentia os impactos dos anos de transformação econômica dos governos da ditadura militar, associados a processos que alteraram a apropriação dos espaços públicos. Como parte de sua modernização mais recente, ocorrida nos últimos quarenta anos, a cidade recebeu investimentos de grupos empresariais que, apoiados nas demandas das camadas médias e altas da cidade, apostaram nos investimentos imobiliários como principal instrumento de reprodução de capital. Com isso constitui-se de um espaço urbano fragmentado e dividido entre balneários muito valorizados e alguns núcleos urbanos restritos,

os quais formam novas centralidades, habitados exclusivamente por uma população com alto poder aquisitivo, oriunda da própria cidade ou mesmo de outras regiões do país, atraída pelas imagens turísticas.

Ganhou destaque a formação de coalizões políticas que pretenderam governar o urbano a partir da perspectiva de iniciativas empreendedoras voltadas para o mercado turístico e imobiliário (HARVEY; SMITH, 2005: 42-47). Tais coalizões resultaram de uma trajetória histórica que deve ser levada em conta de modo a podermos dar densidade à análise do tempo presente e evitarmos o imediatismo de certas abordagens. Esta análise densa sobre a História do presente realça as singularidades das culturas urbanas encontradas nas diversas experiências sociais que habitam uma cidade.

Relações de poder articularam estratégias político-empresariais. Interesses empresariais, coordenação política e visões de mundo das camadas médias, favoreceram os investimentos imobiliários como principais instrumentos de reprodução de capital, ao resultar na constituição de um espaço urbano fragmentado e dividido entre balneários muito valorizados através dos apelos das imagens turísticas. Articulado a esse processo, a inscrição da cidade no circuito de um capitalismo terciarizado, através do turismo e dos apelos às imagens do *city marketing*, chamam a atenção para a constituição de enclaves urbanos sofisticados e de alto padrão de consumo, voltados para dimensões sociais privatizadas. Morar em Florianópolis tornou-se mais custoso não só para os grupos populares, mas para as próprias camadas médias.

Os grupos dirigentes e empresariais, apoiados nas camadas médias e altas da cidade, começavam a formar uma “coalizão”, apostando em investimentos imobiliários como principal instrumento de reprodução de capital. Constituía-se um espaço urbano fragmentado e dividido entre balneários muito valorizados e núcleos urbanos restritos, habitados exclusivamente pelas camadas médias e altas, tanto locais quanto as que são atraídas pelas imagens turísticas. Com o passar do tempo, ocorreram tentativas de montar cenários urbanos que se aproximam daquilo que Neil Smith chama de “gentrificação generalizada”, como dimensão central do urbanismo desde o início da década de 1960, ou seja, uma linguagem de renovação urbana voltada hegemonicamente para as camadas médias e altas. Segundo o autor, isso ocorre através da interação de fatores como: “o novo papel do Estado; a penetração do capital financeiro; as mudanças nos níveis de oposição política; a dispersão geográfica; e a generalização da gentrificação”, com a qual “os projetos imobiliários se tornam a peça central da economia produtiva da cidade, um fim em si, justificado pela criação de empregos, pela

geração de impostos, pelo desenvolvimento do turismo e pela construção de grandes complexos culturais” (SMITH, 2006: 59-97).

O turismo, a migração interna e mesmo a imigração atraíram para o litoral de Santa Catarina novos moradores que desencadearam acirradas disputas por territórios e simbolismos e importantes rearranjos nas diferentes redes locais (de poder, de amizade, etc.), tendo como principal objetivo a apropriação das cidades, de seus usos, de seus sentidos, de sua memória e de sua história. Estas mudanças estiveram amparadas em grande medida em demandas das camadas médias e altas que apostaram nos investimentos imobiliários como principal instrumento de reprodução de capital e de geração de poder.

As coalizões que envolvem o poder público e os vários setores da iniciativa privada, o que inclui os meios de comunicação de massa, promovem novas economias urbanas. Grandes obras públicas associadas a empreendimentos imobiliários buscam legitimidade no passado das cidades e, muito especialmente, na ênfase em torno das mitologias da modernização brasileira, nos últimos cinquenta anos. Assim, adquirem respaldo social junto à população da cidade. Passou-se, durante a chamada Nova República e, em especial, na década de 1990, de um planejamento urbano “estadocêntrico” a um “empresarialismo urbano”, qual, segundo Marcelo Lopes de Souza, “cada cidade concorre com as demais por capitais e turistas, e o objetivo básico é tornar-se cada vez mais competitiva” (2008: 97-103). Isso foi acentuado pela conjuntura de “medo generalizado” a que foram submetidos os moradores de grandes cidades, pois o processo de democratização foi acompanhado pela introdução de redes de criminalidade (ZALUAR, 2004: 209-232) que afetaram a população mais pobre, assustaram as camadas médias e influenciaram, sob diversas formas, as ações do Estado e suas políticas urbanas. Esse conjunto de processos favoreceu uma fragmentação da cidade e os apelos à segurança e a uma cultura política do medo, em desfavor dos espaços públicos.

Novos aspectos da cultura urbana em Florianópolis dizem respeito à incorporação de determinados padrões de segregação sócio-urbana, verificadas em grandes cidades brasileiras. Conforme Flávio Villaça “a segregação espacial das camadas de alta renda surge como o elemento interno mais poderoso no jogo de forças que determina a estruturação do espaço intra-urbano de nossas metrópoles”. (2001: 14) Alguns balneários transformam-se em enclaves sofisticados, habitados por segmentos das camadas médias e altas, embora estejam fisicamente próximos de localidades onde os moradores convivem com serviços públicos precários. Além do mais, os espaços públicos na cidade sofrem alterações com a introdução de formas de sociabilidade pautadas na privatização e na segregação, com a chamada “implosão da vida pública moderna” (CALDEIRA, 2000: 314-323).

Em Florianópolis, o apelo ao discurso da segurança e da reclusão ganhava imagens fortes nas páginas de jornais da cidade no início da década de 1980: “dormir tranquilo é uma coisa que o florianopolitano já não pode há algum tempo. A preocupação já é uma constante. Não são poucos os casos de residências arrombadas e invadidas durante a noite, com ou sem os moradores no seu interior” (Jornal A Ponte, 06/1981: 2).

Este processo fez com que boa parte dos moradores acentuasse suas lembranças de uma época em que furtos eram raros e praticamente não havia criminalidade. Um passado em que toda a cidade parecia viver em harmonia social, sem conflitos e sem as imagens de pobreza e miséria que acompanham o crescimento urbano recente e que não deixa de ser aproveitado por estratégias turísticas: “o turismo cultural em centros urbanos se apóia em uma espécie de nostalgia do passado que se faz presente nos tempos atuais. Há uma sensibilidade despertada para o antigo, uma expectativa de reencontro das origens, de consumo do passado” (PESAVENTO, 2007: 8).

Estas construções que envolvem determinadas expressões de memórias individuais que se manifestam através dos meios de comunicação, em especial a imprensa, apontam para a necessidade de compreender a “relação contemporânea entre cultura, política e economia” que se dá nos centros urbanos que aos poucos entram num mercado de cidades e se dispõem a se oferecer como produtos em uma vitrine. Segundo Fernanda Sánchez, a produção e permanente renovação de imagens-síntese ocupam lugar marcante na organização e controle da vida social na cidade (SÁNCHEZ, 2003: 295-298). Neste caso, não é a saudade ou a nostalgia, mas a pretensa possibilidade de trazer do passado e presentificar alguns espaços pretensamente harmoniosos e sossegados, como oásis sociais.

Cabe tentar compreender o conjunto de instrumentos de comunicação voltados para promover adesão social a certa imagem construída. Nisso reforça-se a imagem/mito de uma cidade voltada para a construção de um “paraíso” turístico, com alta qualidade de vida e sem os problemas de violência urbana dos grandes centros. Um paraíso que promete reviver a memória encantada de um tempo que ainda poderia sobreviver nas imagens turísticas que apelam para a tranquilidade de suas ruas e praias. Uma cultura política constantemente mobilizada nos processos eleitorais e em campanhas publicitárias. Após uma primeira experiência de participação popular, quando da gestão de um prefeito eleito em 1985, Florianópolis passou por diversas administrações, nas quais ficaram marcados os conflitos entre novos momentos sociais urbanos, que ampliavam ações coletivas, e administrações voltadas para a concretização da transformação da cidade em “Ilha da Magia”, mote turístico criado e explorado desde fins da década de 1980 (FANTIN, 1997: 171-179).

Em nome de discursos recentemente modelados ou ressignificados (às vezes, em sentidos opostos), como o da “sustentabilidade” ambiental, almeja-se uma auto-suficiência garantida por grandes investimentos privados, rompendo as redes de interdependência que marcaram historicamente a vida nas cidades. A fragmentação e a desagregação do espaço público, impactando formas de acessibilidade e participação política, podem resultar em pluralidades comunitárias, com a recusa do contratualismo impessoal e o desejo da fruir o presente vivido e imeditado, levando de roldão a *Polis*, substituída pelo apego às identificações e vínculos afetivos e estéticos (MAFFESOLI, 1997), que operaram à margem do campo político. A uma vida pessoal desmedida corresponde uma vida pública esvaziada, decorrente do isolamento interpessoal construído pela experiência de um tipo de cultura urbana, capitalista e secular (SENNETT, 1989).

O espaço público urbano não é apenas uma instância ou um domínio delimitado fisicamente, mas pode ser também um lugar sócio-cultural que articula relações sociais e suas representações, ao passo em que aponta questões acerca dos sentidos da contemporaneidade, na qual as interações particulares e individuais ganham importância. A trajetória de debates e propostas em torno de um “espaço público político” transposto para o urbano, desde os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) e seus críticos, em meados do século XX, demonstram a importância do tema (ABRAHÃO, 2008: 63-106). Vistas deste modo, as transformações ocorridas na cidade de Florianópolis não são devidamente compreendidas quando a análise restringe-se a um tempo curto e imediato. Envolveram a construção de adesões de amplas camadas sociais a formas de poder político, expressas em práticas, imaginários e simbolismos cuja eficácia atravessa largos períodos de tempo, mas que são importantes para a análise de fenômenos tão contemporâneos quanto o uso das mídias modernas na produção de efeitos de verdade e difusão de relações de força através de imagens e discursos.

Referências bibliográficas:

- ABRAHÃO, Sérgio Luís. Espaço público: do urbano ao político. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.
- ABREU, Alcides et al. Ensaios sobre a economia catarinense. Florianópolis: Edeme, 1970.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.
- CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. A marcha, o terzo e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. Revista Brasileira de História, São Paulo, vol. 24, nº 47, p. 271-302, 2004.

FANTIN, Maristela. Construindo cidadania e dignidade: experiências populares de educação e organização no Morro do Horácio. Florianópolis: Insular, 1997.

FIGUEIREDO, Anna Cristina C. Moraes. “Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada”: publicidade, cultura de consumo e comportamento político no Brasil (1954-1964). São Paulo: Hucitec, 1998. p. 31-51.

GIRARDET, Raoul. Mitos e mitologias políticas. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 183-187.

HARVEY, David; SMITH, David. Capital financiero, propiedad inmobiliaria y cultura. Barcelona: Universidad Autònoma de Barcelona; MACBA, 2005.

MAFFESOLI, Michel. A transfiguração do político: a tribalização do mundo. Porto Alegre: Sulina, 1997.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, memória e centralidade urbana. Nuevo Mundo Mundos Nuevos [En línea], Debates, 2007, Puesto en línea el 05 janvier 2007. URL : <http://nuevomundo.revues.org/index3212.html>. Acesso em 01/03/2009.

RÉMOND, René (org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades para um mercado mundial. Chapecó: Argos, 2003.

SENNETT, Richard. O declínio do homem público: as tiranias da intimidade. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia global. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel; Fapesp; Lincoln Institute, 2001.

ZALUAR, Alba. Crime, medo e política. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs.). Um século de favela. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.